

ENTREVISTA COM TEN-CORONEL OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Entrevistador: Paul Manuel

Data: 14 de Março de 1991

Local: Lisboa

Duração: minutos

— Segundo o critério de Mário Soares, o 25 de Abril foi a primeira de uma série de revoluções que deram origem à libertação da América Latina e à queda do muro de Berlim. Concorda com essa afirmação?

○ — Eu concordo. Eu concordo e já tinha também feito esse mesmo tipo de afirmações. Julgo que o processo revolucionário que se viveu em Portugal, portanto a partir do 25 de Abril de 1974, originou de facto uma onda de choque não só pela Europa, mas em outros continentes e que muito daquilo que hoje é o nosso maravilhamento perante o que está a acontecer a nível mundial, na queda de ditaduras que sucessivamente vai ter como origem exactamente o 25 de Abril de 74 em Portugal. Foi de facto uma concessão e uma emoção muito grande que saiu da Europa e eu ainda hoje vejo reflexos exactamente disso porque vou frequentemente, e a minha actividade hoje desdobra-se essencialmente exactamente nesses aspectos — vou proferir conferências, participar em colóquios, etc. pela Europa fora e outros países sem ser países europeus — e verifico a enorme emoção que ainda existe à volta do 25 de Abril de 74. Tudo o que foi o processo revolucionário que se seguiu a essa data histórica. Eu tenho dito, por exemplo, que o que está a acontecer na União Soviética e nos países que eram satélites do regime soviético pode ter sido francamente resultado do 25

de Abril de 74. Mikhail Gorbatchov esteve em Portugal durante o processo revolucionário, como representante do -36- num congresso do Partido Comunista Português, esteve aqui uns dias, viveu de facto -38- Não sei -39- foi realizado esse Congresso do P.C.P., sei é que, então, a figura ainda um pouco apagada da constelação de estrelas soviéticas, do poder soviético Gorbatchov esteve cá e acompanhou com muita gente e tal e poderá ter daqui tirado muitas ideias para a necessidade que havia de transformação do regime soviético. O que está a acontecer, por exemplo, ou o que aconteceu já recentemente na África do Sul é consequência do 25 de Abril de 74. De repente, depois de uma situação estabilizada em que duas grandes ex-colónias portuguesas, hoje, ex-colónias; na altura, colónias portuguesas — Angola e Moçambique — se encaminham rapidamente para um processo de independência, a seguir ao 25 de Abril e em consequência do 25 de Abril, a República da África do Sul vê-se ensandwichada, apertada entre dois jogos de países que se tornam independentes e que têm uma grande potencialidade económica, que só a guerra civil, posteriormente, veio a roubar e destruir também, e esses dois países, cuja guerra de libertação tinha sido francamente e amplamente suportada pela União Soviética, continuam a ser apoiados pela União Soviética após a sua independência. A República da África do Sul vê-se confrontada com uma situação cada vez mais difícil de contestação interna através do congresso nacional africano e isso vai provocar necessariamente uma destabilização muito grande no interior do país. É que com esse facto a África do Sul se vê coagida a um apoio que é enorme e permanente à UNITA, aproveita a existência da UNITA em Angola para desestabilizar a economia angolana, do país que se torna independente e que constitui de alguma forma uma ameaça para a África do Sul, e que se vê coagida também a criar uma Renamo que é um grupo fantoche formado por alguns elementos que saem de Moçambique e que inicialmente se dirigem para a Rodésia do Norte para tentar impedir ou travar a todo o custo a independência do Zimbabwe e que mais tarde são aproveitados como elemento deestabilizador da economia africana que é também um sistema de guerra civil (guerra civil com tipo guerrilhas e tal). Portanto, aquilo que acontece na África do Sul hoje acaba por ser uma consequência do 25 de Abril e outras revoluções, outras quedas de regime que se

foram verificando, por exemplo na América Central, é o caso da Nicarágua, o caso de Salvador, vão todos eles buscar o exemplo do que aconteceu, de facto, aqui em Portugal em 25 de Abril de 74. Eu posso dizer que, durante o PREC iniciado depois do processo revolucionário que se verificou em Portugal até ao 25 de Novembro, eu recebi muitas vezes em minha casa elementos antes, muito antes de ter sido iniciada a revolução dos nicaraguenses, na Nicarágua, na Frente Sandinista, eu recebi muitos elementos, quadros da Frente Sandinista em minha casa, recebi elementos de Salvador em minha casa que vieram, de facto, trocar impressões comigo, saber o que seria possível fazer, o que é que eles poderiam fazer no sentido de se encaminharem para um processo revolucionário que abatesse as ditaduras existentes. Tudo isso, de facto, significa que em todos esses processos de transformação, em vários continentes, tiveram como origem, como ovo, a revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, no campo das ideias, dos programas políticos. Hoje se ouvir o programa político, por exemplo, da Frente -111-, de Salvador, é de verificar que muito do que ali está era, de facto, muito daquilo que ou que estava escrito no programa do Movimento das Forças Armadas ou que foi sendo a experiência do processo revolucionário português.

— Também queria saber a sua opinião qual os resultados de uma sondagem do Diário de Lisboa em relação ao modo como as pessoas vêem o 25 de Abril passados quinze anos: 70% disseram que o 25 de Abril foi positivo, 7% disseram que foi negativo e 23% não têm opinião. Na sua opinião o que foi o 25 de Abril e porque é que tantos disseram que foi positivo?

○ — Julgo que para a grande maioria do povo português, e aliás isso verificou-se logo no próprio 25 de Abril, o 25 de Abril foi uma data de libertação porque é fácil de admitir que depois de 48 anos de uma ditadura fascista e em que todos os mecanismos do fascismo estavam, de facto, montados e a ditadura fascista portuguesa em Portugal, se bem que talvez com um aspecto menos violento, menos duro do que o nazismo na Alemanha ou do que o fascismo italiano de Mussolini ou mesmo talvez do que o fascismo espanhol com Franco, a verdade é que o fascismo salazarista bebeu e esteve presente nessa cadeia de regimes fascistas que, na década de 30-40, assolou a Europa. Logo a seguir à II Guerra Mundial, com a queda do nazismo, e com a queda do fascismo italiano,

mantiveram-se os regimes fascistas da Espanha e de Portugal, aqui na Península Ibérica, neste canto da Europa. Criaram-se os embriões de outros regimes que se aproximavam bastante do regime fascista, mas com outro sinal que foram os regimes que foram lançados pelo chamado Partido Comunista da União Soviética, que foi criando os seus membros a nível dos países satélites na divisão que foi feita da Europa a partir do Tratado de Ialta. Para um povo que sofreu, como o povo português, 48 anos de submissão a um regime ditatorial, de extrema direita, como era o caso português, a libertação que o 25 de Abril proporciona a esse mesmo povo de facto faz com que as pessoas que viveram o 25 de Abril e que, sobretudo, viveram o regime ou parte do regime fascista que vigorou desde 1926 até 1974 não tenham dúvida nenhuma em votar favoravelmente ao 25 de Abril. Abriu, de facto, a possibilidade de instauração de um regime democrático. Um regime democrático parlamentarista segundo o modelo ocidental, da Europa ocidental, modelo que já vigora há duas centenas de anos pelo menos, a partir da Revolução Francesa. Bom, sem dúvida que hoje as pessoas, só o facto de se poderem expressar, de terem inteira liberdade de expressão, poderem manifestar-se, poderem discutir facilmente nas ruas, nos cafés, sentirem que lhes saiu de cima a opressão permanente que era o saber que havia uma polícia política durante o fascismo que vigiava constantemente movimentos, congressos, tinha olhos ou ouvidos por toda a parte, havia mais de 3000 informadores espalhados por todo o país, além do corpo policial propriamente dito, só isto faz com que de facto as pessoas se mentalizem e, só por isso teria de haver o 25 de Abril. Mas fomos muito mais longe — é que, cumprindo o programa que foi o programa do Movimento das Forças Armadas, e que basicamente esteve referenciado como o programa dos três Ds que era democratizar, descolonizar e desenvolver, três palavras começadas por 'd', de facto -180- praticar que, além da instauração da democracia parlamentarista em Portugal, de aberturas, de liberdades, de direitos do cidadão, garantias, etc. que ficaram consagrados na Constituição que a partir de 1976 foi aprovada em Portugal, pelo Parlamento, pela Assembleia Constituinte, e foi considerada imediatamente uma das Constituições mais progressistas de todo o mundo, senão a mais progressista, em 1976, a conceder amplas liberdades, amplas garantias, amplos direitos aos cidadãos,

reconhecer todos os direitos de cidadania, todos os cidadãos do país, para além disso, foi a descolonização, (o novo poder instituído em Portugal a partir do processo revolucionário abriu imediatamente os caminhos para a descolonização, criando mecanismos para o rápido acesso à independência de povos colonizados durante mais de 400 anos que eram os povos das colónias portuguesas) e finalmente o desenvolvimento e não oferecia dúvidas para ninguém que, apesar das condições difíceis que se viveram já no nosso país, do ponto de vista económico porque Portugal estava num atraso económico muito grande face a outros membros europeus, a verdade é que, mesmo assim, nesses 16 anos que vêm desde o 25 de Abril de 74 até hoje, sem dúvida nenhuma, Portugal sofreu um surto de desenvolvimento muitíssimo superior àquele que tinha acontecido durante 48 anos de uma estagnação de um regime fascista. Portanto, os objectivos do Movimento das Forças Armadas, que culminaram pela acção militar do 25 de Abril, não há dúvida que foram atingidos. Daí que eu não tenho relutância nenhuma em acreditar que 70%, ou mais até, do povo português, dos cidadãos portugueses, votem favoravelmente pelo 25 de Abril, é evidente. Os 7% que referiu há pouco, bem, haverá sempre aqueles que não têm opinião nenhuma, é claro, porque para eles tanto faz uma coisa como outra. Os 7% que votam contra serão os saudosistas do passado, os salazaristas ainda agarrados aos velhos conceitos conservadores tradicionais de extrema-direita para quem as mudanças e o progresso são sempre coisas profundamente negativas porque tudo aquilo que se está a viver é que está bom. Mas esses não contam, 7%...

— 97% gostava de viver em democracia, enquanto só 1% gostava de viver em ditadura. Democracia pode significar muita coisa. Para si o que significa?

○ — Eu agarro-me muito sempre à significação etimológica da palavra 'democracia'. Democracia, como sabemos, é uma palavra que vem do grego — *demos* *cracia* — que significa literalmente poder do povo e é a esse conceito do poder do povo que eu me agarro. Para mim o conceito real de democracia parte do princípio de uma democracia directa, democracia em que haja poder do povo, real poder do povo, que não seja apenas pelo voto, mas por uma participação activa, intensa, profunda do povo na vida política do país e nas decisões políticas e é o que não se verifica, de facto, a nível das democracias parlamentaristas. O

Movimento das Forças Armadas, no seu programa e cópia dos modelos que existiam na Europa ocidental, ao elaborar o programa do Movimento, criou, ou procurou lançar, de facto, as perspectivas da democracia parlamentarista a instaurar no país, após a queda ou derrube da ditadura, se nós tivéssemos a vitória do 25 de Abril, como, de facto, tivemos. E, portanto, foi essa a perspectiva: o objectivo era democratizar o país em termos de democracia parlamentarista. Ora, sem dúvida nenhuma que, em minha opinião, a democracia parlamentarista define exactamente o 25 de Abril não como uma revolução popular em que os trabalhadores, as massas populares trabalhadoras, se tivessem tido uma acção interveniente grande, que não tiveram, a acção que tiveram foi a acção do folclore, do espectáculo dos populares encarrapitados nos carros de combate, etc. e no apoio que deram à revolução, digamos que neste caso o pronunciamento militar dos jovens militares que o fizeram, o 25 de Abril, ao fim e ao cabo não foi uma revolução conduzida, determinada, lançada, comandada por elementos civis da massa popular. Foi uma revolução, foi um processo que acabou por ser comandado por uma fracção daquilo a que nós chamamos vulgarmente a burguesia, da classe dominante porque oficiais dos três órgãos das Forças Armadas — Exército, Marinha e Força Aérea — que de facto planearam, comandaram e mantiveram nas suas mãos os cordeis do poder. Estes oficiais do exército, da Força Aérea e da Marinha pertencem à classe dominante, eram, no fascismo, elementos da classe que estava no poder, que suportavam o fascismo e que agora bruscamente rompiam, faziam uma ruptura brusca com o passado, em termos de regime político, e procuravam instalar um outro, mas, ao instalar um outro tipo de regime, democracia parlamentarista, procuraram evidentemente instalar também todos os mecanismos que mantivessem os privilégios de classe. E, por isso, se verifica que em Portugal, numa revolução tipo popular que leve os trabalhadores ao poder que é sempre o grande objectivo de uma revolução socialista, e uma revolução socialista é uma revolução de trabalhadores, cuja finalidade é criar um amplo espaço que permita aos trabalhadores a tomada do poder e o exercício do poder que vem daí com tudo o que isso vai significar em termos de relações de produção, etc., e procura é instalar ou inscrever no terreno todos os mecanismos de uma democracia parlamentarista que convenha à sua

própria condição de classe. E é por isso que se vai verificar que depois, durante o processo revolucionário, com o avanço do processo revolucionário e quando começam a vislumbrar-se possibilidades de acesso dos trabalhadores ao poder, são os próprios oficiais que participaram do 25 de Abril para fazer uma revolução burguesa e criar os mecanismos da democracia parlamentarista que depois procuram travar, travam, o processo revolucionário evitando que a revolução burguesa iniciada no 25 de Abril se transforme numa revolução popular e travam esses mecanismos para de facto instaurar o sistema, ou o regime, melhor, da democracia parlamentarista evitando o acesso dos trabalhadores ao poder, o que podia fazer perigar os seus próprios privilégios de classe, como oficiais, como militares que eram. E é por isso que, ao fim e ao cabo, a revolução acaba por ter o seu fim, o processo revolucionário fica abortado exactamente em 25 de Novembro de 75 quando esses mesmos oficiais que tinham participado no 25 de Abril, o caso do Vasco Lourenço, por exemplo, do Melo Antunes, do Vitor Alves, o Grupo dos 9, o Conselho da Revolução, vêem que o processo está a avançar por um caminho, por um declive perigoso em que eles, os próprios privilégios de classe vão ficar em perigo, em que o sistema de democracia parlamentarista vai ficar em perigo, em que tudo se pode alterar, criando um modelo novo de democracia e, portanto, intervêm no sentido de colaborar com os Estados Unidos, colaborar com os regimes democráticos europeus, etc. travar aquele processo que está a ser perigoso e, portanto, evitando que os trabalhadores possam chegar à tomada do poder. Para mim, e é aqui que há uma separação ideológica entre mim e os meus companheiros que comigo fizeram o 25 de Abril, é que o processo revolucionário em Portugal começa a tornar-se para mim de facto algo de apaixonante na medida em que eu vejo que existe já no povo português a maturidade suficiente para podermos criar aqui em Portugal um modelo novo de regime, um regime democrático em que não havendo a existência de partidos que, no ponto de vista de defesa da democracia burguesa é normal dizer-se que são necessários e imprescindíveis à democracia (eu não sou dessa opinião), e eu começo a considerar que, para lá da existência de partidos, o que interessa fundamentalmente é a existência de cidadãos que participem activamente na vida política do país. E nós praticámos isso, de facto, no processo revolucionário.

Elaborou-se em determinado momento, já em Julho/Agosto de 75, um documento, um maravilhoso documento, que foi o chamado documento guia para a aliança Povo/MFA e em que participou muita gente na elaboração desse documento. Esse documento lançava as bases daquilo a que eu chamei, e continuo a chamar sempre, a criação de um Estado de poder popular. A democracia para que aponta esse documento era, de facto, a democracia directa — participação activa dos cidadãos em que os cidadãos não se fazem representar por forças partidárias, mas são eles próprios intervenientes na eleição dos seus representantes, de representantes individuais de pessoas, não de partidos. A democracia directa ali implicada -327- a atingir com princípios de termos de sociedade e de sistema económico era pelo socialismo e portanto aquilo que os órgãos que se fossem eleger para a criação do Estado de poder popular eram todos órgãos formados a partir da base. Criava-se uma pirâmide de poder popular a partir de eleições na base, eleições sempre directas, não era só a eleição do Presidente da República que era directa, eram tudo eleições para os órgãos autárquicos, para os órgãos de várias assembleias a nível municipal, a nível distrital, a nível regional, a nível nacional e, finalmente, de uma assembleia nacional popular eleita sem a existência de partidos e que vinha formada a partir da base, criava-se finalmente um governo de características francamente populares. E é exactamente este modelo de sociedade que só podia vingar, só podia levantar-se, esta pirâmide, desde que fosse apoiada pelo aparelho militar do Movimento das Forças Armadas, foi isto que não foi possível lançar-se, apesar desse projecto, desse documento aliança Povo/MFA ter sido aprovado em Assembleia do Movimento das Forças Armadas, em Agosto de 75, nunca chegou a ser regulamentado exactamente porque os oficiais foram contra a existência desse documento, contra a existência desse tipo de regime, contra a existência do tipo de sociedade para que esse regime apontava.

— Qual foi o papel dos partidos políticos dentro desta...?

○ — É evidente que os partidos políticos que se criaram a seguir ao 25 de Abril e também o Partido Comunista não estiveram minimamente de acordo com este projecto. O Partido Comunista de uma forma mais discreta, não se pronunciando abertamente, mas o Partido Socialista, o Partido Social-Democrata, o Centro

Democrata Social reagiram violentamente à aprovação deste documento pela Assembleia do MFA. Foi aprovado maioritariamente, foi por unanimidade. O Vasco Lourenço votou contra, o Melo Antunes também, o Vitor Alves, etc., votaram contra este documento. Bem, muitos deles não votaram contra. Não sei se o Melo Antunes chegou a votar contra, por exemplo. O quê que consideravam que aquele documento ia longe demais e deveria só ser aberta uma possibilidade que era as eleições directas, por exemplo, para as autarquias, mas não se devia ir mais longe do que isso porque isso fazia perigar toda a estrutura democrática que interessava pretender instaurar. -361- apontou e procurou encaminhar o país para aquilo que existe hoje, para a democracia burguesa parlamentarista, outro -362- e os trabalhadores mais esclarecidos, as cinturas industriais de Lisboa, Porto, Setúbal, etc., os trabalhadores do litoral, muito mais do que os povos do interior que são muito mais fechados, muito mais avessos às discussões políticas, etc., havia uma possibilidade de levantamento dessa pirâmide de poder popular. Era a criação de um modelo novo de regime que não existe em parte nenhuma do mundo, não existe em parte nenhuma. Muitas vezes perguntavam-me e essa pergunta, para mim, é sintomática do que estava presente na cabeça de cada pessoa que me fazia essa pergunta: "— Ouve lá, está bem, tu és partidário da democracia directa, (e isso responde exactamente à sua pergunta), partidário do socialismo de base, construído a partir da base, és partidário de um Estado de poder popular. Muito bem. E onde é que tu vês, em qualquer parte do mundo um regime desses existir?". "— Eu não vejo em nenhum, mas porque é que não havemos de construir nós. É que se nós construirmos esse tipo de regime aqui, conseqüentemente um novo tipo de sociedade, que é possível criar porque temos o Movimento das Forças Armadas que tem força para poder apoiar a construção do Estado de poder popular, se nós o construirmos aqui, estou convencido, não tenho dúvidas nenhuma de que isso alastrará todo o mundo e será um exemplo para todo o mundo, tal como foi o exemplo dos soviéticos ao poder na Rússia de 1917, tal como foi a Revolução Francesa de 1789. São exemplos. A Revolução Francesa em 1789 que, com a liberdade, igualdade, fraternidade, abriu caminho à democracia e só a partir daí é que se começou a falar em esquerda e direita, os da esquerda têm a preocupação de justiça social, generosidade, liberdade contra

a direita que procura fechar esses mesmos privilégios da classe dominante, etc., foi aí, há 200 anos, que isso começou a verificar-se, a esquerda e a direita após a Revolução Francesa, esse tipo de democracia vingou até aos nossos dias e continua a estar instalado porque é que nós não havemos de criar um modelo novo que abra outras perspectivas democráticas? Há muita gente que me diz que eu sou um anti—democrata porque não gosto dos partidos. É claro que eu não sou anti-democrata, muito antes pelo contrário, eu vou é mais além dos partidos. É que os partidos são núcleos que são formados para lutar, para alcançar o poder e que se dizem representar interesses de camadas do povo, de camadas da população, eu não percebo isso. Eu considero que os partidos, de facto, se criam para a tomada do poder, para o exercício do poder, para a corrupção do poder e isso verifica-se sempre. Toda a gente protesta. Agora está o PSD no poder, aqui em Portugal, há protesto de corrupção do PSD, há um protesto enorme generalizado contra aquilo que existe hoje em Portugal que é chamada a partidocracia — o poder dos partidos. E foi exactamente contra isso que eu lutei durante o processo revolucionário porque considerava que havia, e tivemos, a possibilidade histórica de nós, MFA, aqui em Portugal, de criar um modelo novo de regime e, conseqüentemente, de sociedade. Não foi, de facto, aproveitado, ou que foi totalmente desaproveitado, historicamente. Eu sou partidário, portanto, em termos etimológicos, da democracia como poder do povo e considero que esse poder do povo só se pode manifestar através, de facto, da criação de assembleias populares. A partir da mais pequena célula administrativa, as freguesias aqui em Portugal, as eleições são eleições directas que depois elegerão dentro de si representantes para subir a escala do poder até criar uma assembleia nacional popular da qual saia um governo eleito dentro dessa Assembleia.

— Quais acha que são as principais vantagens da democracia -413- democracia que hoje em dia existe em Portugal?

○ — As vantagens da democracia existente é que, de facto, tendo uma Constituição que consagre os direitos e garantias dos cidadãos, as vantagens é que a existência dos partidos permite a um qualquer partido que esteja no poder ou a uma coligação partidária que esteja no poder ser permanentemente contestada por uma oposição de partidos que também está representado no

Parlamento e que pode, assim, ter ideias diferentes, contestar aquilo que vai ser feito a nível do executivo e do próprio poder legislativo. A existência dos partidos significa essa possibilidade de haver quem esteja no poder e haver quem esteja na oposição e poder haver uma alternância, isto é, o povo de quatro em quatro anos, ou o tempo que dura uma legislatura, poder manifestar-se favoravelmente a uma mudança de situação. Aquilo que se podia prever até à queda da Thatcher, por exemplo, na Inglaterra em que os Tories estavam a descer, estavam em declínio e os trabalhistas no momento final estavam a subir, portanto, podia haver -428-thatcherismo uma alternância possível. Mas agora com esta reviravolta que foi dada com a demissão da Thatcher, por exemplo, pode verificar-se a continuidade do poder, por mais uns anos, de um thatcherismo sem Thatcher. Há este papel possível da oposição em termos constestatários à acção governativa ou à acção legislativa por parte dos poderes instituídos. Aqui em Portugal verificou-se, por exemplo, o que é raro acontecer, mas aqui verificou-se, que um partido representado no Parlamento obteve em 1987, 19 de Junho de 87, obteve a maioria absoluta — 51% nas eleições — e, portanto, está ainda a governar com maioria absoluta. Só para o ano, em meados do próximo ano, conta-se com isso, haverá novas eleições parlamentares para se verificar se este partido, o Partido Social Democrata, vai ou não perder a maioria absoluta que ainda hoje detém no Parlamento. Se perder a maioria absoluta, depois possivelmente terá que haver uma coligação ou o partido continua a governar, mas sem maioria absoluta deixa de poder exercer com tão grande domínio como aquilo que exerce hoje. Mas, por exemplo, isso é uma corrupção por parte do poder, do próprio regime político porque, e aqui verifica-se isso, desde que haja a tomada de poder nas eleições, no processo eleitoral, por parte de um só partido, em termos de maioria absoluta que foi aquilo que se verificou a partir de 87 em Portugal, imediatamente, quase insensivelmente, os mecanismos ditatoriais são postos em marcha e é por isso que hoje muita gente considera, não aqueles que votaram PSD que consideram que a situação está muito boa...

— Mas isso é no campo das limitações..

○ — Sim, isso já são limitações. Vantagens, considero que existem muito poucas. Vantagens, para mim, são muito poucas. Considero que, se o regime fosse isento,

se fosse o tal regime da democracia em que os partidos ficariam subalternizados perante os cidadãos, eu dava a primazia aos cidadãos e não aos partidos, conforme aquilo que existe hoje em Portugal, o que existe é, de facto, é a predominância dos partidos, é a partidocracia como já disse. Em vez da partidocracia eu preferia, de facto, o poder dos cidadãos e eram os cidadãos que determinavam, de facto, a vida política do país, intervinham activamente, directamente nas eleições, e isso verificou-se durante o processo revolucionário em que, embora houvesse partidos, os partidos tinham sido necessários para haver uma certa descompressão relativamente ao regime fascista, fizeram-se eleições para uma Assembleia Constituinte e elegeram-se pessoas, deputados em representação de vários partidos para elaboração de uma Constituição. Essa Constituição foi elaborada, muito submetida, à força das actividades populares, aquilo foi a grande movimentação popular durante o processo revolucionário e, portanto, ficou muito marcada por essa movimentação popular. Os partidos quiseram ir ao encontro, estavam ainda à procura do seu caminho, quiseram ir muito ao encontro daquilo que eram as grandes manifestações populares que faziam determinado tipo de exigências e a Constituição, por isso é que ela ficou tão progressista, ficou marcada, de facto, por essas movimentações populares. A Assembleia Constituinte foi procurando seguir, um pouco à imagem do que é feito no Brasil com as telenovelas. É que o IBOP — o Instituto Brasileiro da Opinião Pública — procura auscultar, episódio por episódio, o sentir das pessoas, de quem vê a telenovela no sentido até de modificar o enredo das telenovelas. Eu julgo que a Assembleia Constituinte fez isso um bocado, mesmo indo contra aquilo que pensavam já muitos dos deputados que ali estavam, a verdade é que a Constituição aprovada em 76 absorveu muito do que eram as grandes reivindicações populares, que se verificavam através de vários processos: sobretudo manifestações, -479-, etc. As reivindicações nas empresas, nas fábricas e tal. Na situação que se vivia então, eu continuo a considerar que o regime partidário de partidocracia, de facto, poucas vantagens acaba por trazer. Aliás, parece-me ver hoje já um descontentamento muito grande a nível do eleitorado relativamente ao regime pluripartidário em que os partidos -485- as pessoas, os cidadãos ficam (isto aqui é outra limitação) perfeitamente arredados

da vida política. Só quem faz política em Portugal são os partidos e que dentro dos partidos procuram aproveitar o partido para subir escalas, para obter lugares, o partido é um meio para as pessoas atingirem os seus fins, às vezes até fins pessoais. Vantagens, não vejo, não vejo que existam vantagens no regime de democracia burguesa parlamentarista. Vejo enormes limitações e a maior das limitações para mim é a quase total ausência de intervenção política activa por parte dos cidadãos do país, na vida política do seu país. É uma limitação total. As pessoas, a única participação que têm -494- nos países da Europa é de quatro em quatro anos -494- meterem um papel na urna e participam assim na possibilidade de uma alternância, da eleição de um ou outro partido ou a destruição de uma maioria abosuta, por exemplo, para que depois possa haver a partir das eleições uma coligação partidária, mas não vejo que haja grandes vantagens nisso. Para mim, de facto, há uma limitação muito grande da possibilidade de intervenção dos cidadãos no país, da vida política do país e isso para mim é a característica fundamental destes regimes, da democracia burguesa parlamentarista. Agora, a nível de vantagens da democracia directa, essas vejo imenso. O perigo que se corre com a democracia burguesa parlamentarista é exactamente este, é o caso, por exemplo, da Thatcher, os conservadores na Inglaterra. Durante onze anos, apesar de tudo aquilo que se possa dizer da Thatcher, a verdade é que ela está no poder durante onze anos e o Partido Conservador continua a estar no poder às vezes com consequências gravíssimas para a grande massa dos trabalhadores. O liberalismo da Thatcher que procura beneficiar o princípio de que é conveniente dar todo o apoio às grandes fortunas para que as grandes fortunas aproveitem o dinheiro que têm e o apoio que lhes é dado pelo poder para criarem mais postos de trabalho, para abrirem mais fábricas, para lançarem mais projectos industriais, etc., e, pelo contrário, prejudicar enormemente os trabalhadores, não aumentando os salários, por exemplo, para obrigar a uma maior produtividade, os trabalhadores precisam de trabalhar mais para ganhar mais, de facto, este conceito de liberalismo thatcheriano é desastroso para trabalhadores. Cria um exército de desempregados que na Inglaterra chegou a atingir 3 milhões.

— Como acha que as relações comerciais deveriam ser -520- numa sociedade democrática?

○ — Isso é, de facto, o problema sobre o qual eu não pensei ainda porque os conhecimentos económicos que eu tenho não me permitirão dar uma resposta de pormenor sobre esse assunto. Na minha perspectiva, e houve muita gente que me disse sempre que eu estava a ver mal o problema, ou não o estava a ver, porque o regime como aquele que eu pretendia de democracia directa em Portugal iria cortar a possibilidade do país se desenvolver -526- novos mercados porque todo o mundo que nos rodeava era um mundo de economia de mercado, capitalista. Eu julgo que de facto por aquilo que foi a péssima gestão económica dos países de leste — a União Soviética e satélites — é capaz de não ser por si só o modelo ideal económico porque ao retirar a competitividade dando ao Estado a total responsabilidade do ponto de vista do comércio e da planificação da indústria, do comércio, etc., transforma os cidadãos em meros espectadores do que se está a passar e transforma-os em personalidades passivas perante a vida económica do país, passam a ser todos funcionários do Estado com as limitações enormíssimas em termos de motivação que tudo isso implica. Julgo que o fundamental no sistema económico é que, para lá de uma economia de mercado lançada em termos comerciais, em termos de total liberdade de iniciativa, total mas grande liberdade de iniciativa, a criação de indústrias, a criação de postos de trabalho em termos comerciais, actividade comercial, etc., e aí julgo que a economia de mercado é essencial, creio que deveria haver, em termos mistos, também uma centralização grande por parte do poder a nível de grandes sectores de actividade económica que são essenciais para a generalidade dos trabalhadores, a generalidade das massas, das pessoas e, portanto, grandes sectores deveriam estar permanentemente nacionalizados. O Estado devia dar uma grande abertura, seria um sistema misto de economia de mercado/economia -548-. O Estado devia ter sempre na sua mão e centralizar o poder económico sobre sectores importantes — transportes, por exemplo, a banca. Agora o que se está a criar aqui em Portugal é de novo o renascimento dos grandes grupos económicos, tal como acontecia antes do 25 de Abril, às vezes até com as mesmas caras que regressam e que recriam os grandes grupos económicos que têm sempre uma ou várias companhias de seguros, ou vários bancos, uma indústria. Portanto, primeiro criam a indústria, depois, com os dividendos que dá a indústria

compra-se um banco, depois de comprar um banco compra-se uma companhia de seguros e então forma-se o grande potentado económico. Estão a querer o apoio do poder hoje em Portugal, estão a querer esses grandes grupos económicos com o sentido da participação activa do país na CEE, na Comunidade Económica Europeia, em termos competitivos para que Portugal possa competir, através desses grupos económicos muito fortes e sólidos, competir com o capital estrangeiro a nível da Comunidade Europeia. Isto traz, a meu ver, prejuízos graves. A concentração financeira nas mãos de poucos grupos económicos pode vir a ser desastrosa. Pode trazer benefícios eventuais na competição que possa existir mas para o país, para o nosso país cá dentro, pode trazer resultados desastrosos. Para mim, em termos económicos, o sistema misto de economia praticada terá opositores que o Estado devia permanentemente na sua mão e não os largar e uma ampla economia de mercado para todo o sector comercial e iniciativas de carácter industrial, projectos etc.

— Votando à sondagem da democracia em Lisboa, as duas principais figuras identificados com o 25 de Abril são o Senhor com 57% e Spínola com 33%. O que pensa disso?

○ — É natural que assim seja. Eu, por várias razões, sobretudo duas razões é natural que apareça como a figura mais marcante do 25 de Abril: primeiro porque eu fui sempre apontado, e isso é verdade, eu não posso negar, como, dentro dos meus camaradas, aquele que foi a chave, a figura-chave, ou a figura determinante, para o eclodir do 25 de Abril. Tendo havido outros companheiros que comigo fizeram parte do Movimento das Forças Armada, o caso do Vasco Lourenço, foi uma peça fundamental também mas que não estava cá por acidentes de percurso não estava cá no 25 de Abril, estava nos Açores, tinha sido jogado para os Açores e que não participou activamente no 25 de Abril, não esteve comigo aqui, não pôde participar nesse papel activo que lhe caberia se ele cá estivesse. O caso do Vitor Alves, que foi uma pedra também importante em termos de elaboração do programa político do MFA, outras figuras que participaram muito activamente no 25 de Abril, a verdade é que eu fui dos elementos do MFA elaborou o ordem de operações e que teimosamente a defendeu, fui eu que preparei a acção militar do 25 de Abril através dos contactos

que fiz, o risco permanente que eu corri para fazer esses contactos, os preparei, fui colhendo informações, preparei tudo para o 25 de Abril, criei de facto um certo ascendente em termos operacionais sobre os meus companheiros que acreditaram em mim para fazer o 25 de Abril e que depois me mantive durante 3 dias no posto de comando do 25 de Abril a comandar efectivamente as operações, através do telefone, do rádio e a ter o controlo de toda a acção militar que se desenrolou durante o 25 de Abril. Quando esse meu papel é denunciado e denunciado publicamente pelo General Spínola, então Presidente provisório da República, porque ele chama a Belém, ao Palácio de Belém, para me dizer que todos os militares que participaram no 25 de Abril, e que estão espalhados pelas unidades do país que regressavam às suas unidades, não aceitam outro chefe para os comandar que não seja eu. E é nesse sentido (isto, apesar de tudo, resulta já do próprio 25 de Abril) o êxito da acção militar do 25 de Abril. Portanto, a minha estratégia, o plano de operações que eu elaboro, quando tem êxito, esse êxito tem como consequência que aqueles militares que acreditaram em mim, participaram e que ganharam comigo querem que seja eu a comandá-los a partir daí. Venho a ser graduado a Brigadeiro para assumir o comando da Região Militar de Lisboa e o comando operacional do continente. Isto por um lado, há portanto a denúncia pública, eu sou graduado em Brigadeiro e o General Spínola, finalmente, anuncia através das câmaras da televisão que está aqui o homem que elaborou o plano de operações e comandou o 25 de Abril, foi este Major que aqui está e que por isso é graduado em Brigadeiro para comandar a região militar de Lisboa e o Copcon. Isto, por um lado. Por outro, havia o facto de eu ser, pessoalmente, em termos pessoais, uma figura extremamente extrovertida, e eu reconheço isso, e em política é um defeito grande que tem-se sempre a tendência para considerar a seguir ao 25 de Abril que a partir daqui, o longo véu manchado, o véu negro que cobria o país que os obrigava à hipocrisia, à mentira, à -610-, etc., toda a verdade poderia ser dita e que a verdade era revolucionária. Tudo aquilo que pensava dizia abertamente, sem -complexos de qualquer espécie nunca tive problema nenhum em o fazer as afirmações e que foram umas vezes distorcidas, aproveitadas. a partir daqueles que queriam combater que queriam destruir, foram aproveitadas no sentido mais negativo e eu muitas vezes não medi o alcance

daquilo que eu dizia com verdade, com autenticidade sem pensar que, muitas vezes, as frases que eu dizia pudessem ser aproveitadas num sentido profundamente negativo para destruição da minha própria figura política. Mas a verdade é que isso criou à minha volta um -616..., a minha faceta bem extrovertida, criou um -617- de figura romântica, da revolução. Depois a própria postura política ou político-ideológica que eu assumi durante o processo revolucionário e que me foi separando ideologicamente, cada vez mais, dos meus companheiros, aqueles que comigo tinham feito o 25 de Abril, porque enquanto eles se puseram na defesa, se colocaram na defesa dos valores da democracia burguesa, e da revolução burguesa, democracia parlamentarista copiada dos modelos ocidentais, partido socialista, partido social-democrata, esses é que são bons, eu procurei subalternizar tudo isso e criar perspectivas novas de apoio aos trabalhadores, poder aos trabalhadores quase como o poder dos soviets na revolução russa de 1917 ou em termos da Comuna de Paris que foi outra época histórica de poder popular e julgo que toda a perspectiva da democracia directa, de socialismo de base, do poder dos trabalhadores, da sociedade socialista como sociedade dos trabalhadores, construída pelos próprios trabalhadores fosse possível montar aqui porque eu considerei que era possível, tinha sido possível montar aqui. Tudo isto fez com que eu saísse do -633- dos meus companheiros e me evidenciasse numa perspectiva completamente diferente e que eu nunca hoje nunca exitei e continuo a defender acerrimamente e esse facto deu-me características muito especiais e o Spínola talvez por outras razões porque o Spínola foi, e ainda hoje muita gente poderá considerar, embora não seja verdade, o marechal Spínola, hoje marechal Spínola, como o detonador fundamental do 25 de Abril a partir de um livro que ele escreve — Portugal e o Futuro — e que foi publicado em 22 de Fevereiro de 1974. Há muita gente que considera que foi esse livro publicado pelo General Spínola, e que levou à sua demissão de Vice-Chefe General das Forças Armadas, que foi um detonador do 25 de Abril e que os capitães ou os oficiais das Forças Armadas resolveram fazer o 25 de Abril por causa desse livro, o que de facto não tem nada a ver com a realidade. O facto de ele depois ter sido também o Presidente de Junta de Salvação Nacional no 25 de Abril e ter aparecido na televisão a anunciar o 25 de Abril, a Junta e tal, apareceu

logo como um novo poder que surgia da revolução e isso deu a perspectiva a muita gente que de facto o Spínola era o ideólogo da revolução, ideólogo do 25 de Abril e de facto não era. Portanto isso não tem nada a ver com a realidade. O Spínola teve um papel para nós um papel muito secundário no 25 de Abril. Nós, de facto o Movimento das Forças Armadas aproveitou o carisma, a figura carismática do General Spínola, ele tinha sabido na Guiné rodear-se de gente muito boa, militares, que o ajudaram a subir os degraus que o levariam à Presidência da República um dia após a queda do fascismo e ele marcou todo o seu itinerário a partir da sua presença na Guiné e até antes, durante a guerra colonial, foi marcando o seu itinerário até chegar à Presidência da República. E as coisas acabaram por não lhe ser tão favoráveis quanto ele pensava porque deu-se o 25 de Abril, foi o trampolim que o levou rapidamente à Presidência, mas era uma Presidência provisória, a qual ele depois rapidamente abandonou face à -654- silenciosa de 28 de Setembro de 74 que levou à sua demissão. Portanto, ele não aproveitou, não teve capacidade, em termos ideológicos, flexibilidade para aproveitar esse momento, ganhar prestígio sobre nós, de facto, com uma abertura ideológica boa, conveniente, que efectivamente fracassou...

— ...o 11 de Março, então...

○ — Ele demitiu-se da Presidência da República em 28 de Setembro de 74, ficou a ter contactos clandestinos com os seus oficiais, spinolistas, que eram bons oficiais, em termos profissionais muito bons, até que, com argumentos perfeitamente infantis, chega-se ao 11 de Março e aquilo que estava a ser preparado pelas forças de extrema-direita e direita numa conspiração permanente contra o processo revolucionário que estava em marcha levou a que o General Spínola fosse mais uma vez chamado para agarrar a bandeira da contra-revolução e em 11 de Março dá-se de facto o ataque ao RALIS, com motivos perfeitamente fúteis, uma motivação que faz rir qualquer um, qualquer pessoa de bom senso, mas a verdade é que o Spínola é chamado para isso e embarca nessa aventura. E a partir daí dá-se a derrota, nessa altura a derrota dos socialistas, dá-se a derrota da extrema-direita e da direita a que outras forças políticas podiam estar também agarradas na altura porque a realidade era travar o processo revolucionário a todo o custo e depois deu-se a fuga do Spínola para

Espanha e andou aí a deambular no mundo, pela Alemanha, Estados Unidos e tal, criando um movimento democrático para a libertação de Portugal que não teve êxito, teve um êxito limitado — foram destruindo umas coisas, foram fazendo incêndios em sedes do Partido Comunista — sem grande eficácia, digamos. Finalmente com o 25 de Novembro abre-se a possibilidade de o Spínola regressar a Portugal, é reintegrado nas Forças Armadas, são-lhe concedidas outra vez, são-lhe entregues de novo as condecorações todas que, por fuga e pela acção que ele tinha comandado ou tinha pelo menos aparecido como o comandante supremo, tudo aquilo que ele tinha perdido, são-lhe outra vez entregues, e, mais tarde, é promovido a Marechal, por proposta do General Eanes quando era Presidente da República.

— Pensa que em 1969 Marcelo Caetano poderia ter dado alguns passos no sentido de liberalizar Portugal de modo a evitar o 25 de Abril? -683-

O — Há quem diga que... não sei se já leu o artigo do Vasco Polido Valente. É um artigo interessante em que o Vasco Polido Valente defende muito bem essa posição que o Marcelo Caetano procuraria, era seu objectivo abrir Portugal ao regime democrático sem que tivesse sido necessário -688-. Eu estou convencido que não. Estou convencido que o Marcelo Caetano tentou, de facto, essa possibilidade, mas que estava de tal maneira metido na rede, na cadeia da extrema-direita que não conseguiu libertar-se dessa cadeia. Frágeis tentativas que ele fez no sentido de uma abertura, a chamada Primavera Marcelista, em 1969, não tiveram efeito, não tiveram de facto efeitos palpáveis. Nessa altura, em 1969 houve muitos exilados portugueses, exilados políticos, que regressavam ao país, alguns espectaculares, António Ferreira Gomes, alguns elementos que tinham estado na oposição e que se tinham exilado para não serem perseguidos e presos pela PIDE e pela polícia política que regressavam ao país, aproveitando essa abertura marcelista, mas a maior parte manteve-se fora do país e para eles ainda bem porque de facto essa Primavera Marcelista essa abertura não foi além de algumas tímidas medidas tomadas por Marcelo Caetano que não tiveram seguimento porque ele de facto foi enormemente pressionado em termos de extrema direita no sentido de travar, de travar todo esse processo e daí que uma perspectiva de abertura total à democracia implicaria ou passaria imediatamente,

era lógico, por um cancro real que existia no país e que ameaçava minar tudo o resto que era a guerra colonial que há havia um cansaço grande da guerra colonial, nessa altura em que Marcelo subiu ao poder havia já oito anos de guerra colonial. E não se sabia quantos mais havia de existir, mais cinco anos ainda, depois do Marcelo Caetano mais cinco anos ainda, mais quatro anos e meio, e o Marcelo Caetano em vez de ter a coragem que teve o Gorbatchov na União Soviética de arriscar tudo, joga tudo, joga o seu lugar, joga a carreira, mas vai tomando posições e vai impondo, vai arrastando gente profundamente reaccionária, conservadora, que não quer de forma alguma a Perestroika porque ele vai abalar os alicerces todos dos seus próprios privilégios, Marcelo Caetano toma algumas medidas, procura dar uma sensação de abertura do regime, manda vir os exilados, abre Portugal através dos exilados políticos, mas depois fecha tudo quando dá continuidade àquilo que era o principal — que era a guerra colonial. Os territórios ultramarinos não se discutem, continua a promover a ida para lá de colonos para tentar segurar as colónias que era na altura, no isolamento em que Portugal se encontrava, era de facto o grande panacial de que o país ainda desfrutava, que era uma fonte permanente de matérias-primas — os algodões, o café, o cacau, os diamantes — que vinham para Portugal que eram aqui transformados na deficiente indústria transformadora que existia em Portugal e depois eram remetidos outra vez para o mercado permanente que Portugal tinha que era o das colónias. Portanto, a matéria prima era transformada aqui em Portugal Continental, vinha das colónias e era transformada aqui, regressava como produto transformado às colónias onde era absorvido. E Portugal, apesar do isolamento em que vivia a nível europeu, tinha essa possibilidade que era o comércio, a nível comercial com a Europa que era o comércio que lhe era dado pela EFTA, mas agora a nível político Portugal estava perfeitamente isolado em relação ao resto da Europa. O Marcelo, de facto, não teve essa capacidade, não teve coragem, "—mas ele não pôde e tal porque a extrema direita não o deixou", então e Gorbatchov na União Soviética, o que ele fez, o que ele abriu, o que ele arriscou, todos os problemas que vêm daí -726-, mas arriscou, arriscou tudo para que o país saísse do imobilismo em que se encontrava, da manta rota em que estava, mas para seguir outros caminhos que

permitissem às pessoas caminhar para regimes democráticos. Marcelo Caetano... a intenção de Marcelo era agarrar nas coisas tranquilamente, encaminhar o país para a democracia... . Não acredito que pudesse fazê-lo, ele teve 5 anos à sua disposição para dar mostras efectivas de que tencionava transformar todo o regime e transformar o sistema económico e não o fez. Teve frágeis medidas, adoptou frágeis medidas que não foram consequentes.

— Se Caetano fosse Gorbatchov, ter-se-ia o 25 de Abril evitado?

○ — seriam logo dissuasoras em relação a forças governamentais, as forças que estivessem ainda sobre a alçada e sobre o comando do governo ou do Chefe do Estado Maior. Por exemplo, virem para a rua e percorrerem as estradas do país, desde Santarém até ao Terreiro do Paço, são 90 Km, com uma força de carros de combate, com metralhadoras, armados -799- com os soldados todos de capacetes de ferro e por aí fora percorrer esses 90 Km ???? chegar ao Terreiro do Paço e tomando de assalto o Terreiro do Paço onde se concentravam os ministérios, os principais ministérios, inclusivé o próprio Ministério do Exército, da Marinha, etc., era uma força muito grande. Qualquer força que estivesse sobre as ordens dos Estados Maiores ou dos Estados Maiores das forças militarizadas, do exército, da marinha, etc. e, portanto, sob a chefia política do governo e quisesse opor-se hesitaria muito antes de se opor frente à armada que vinha ao seu encontro -813- confronto. Portanto, essa era também a minha perspectiva de utilização psicológica em termos de aparato, aparato de força militar. Portanto, a nossa perspectiva não era o confronto, entrar em confronto, eu lancei isso, como digo, em onda de pressões, agora não hesitaríamos em fazê-lo se de facto houvesse oposição armada. O aspecto paradigmático disto que eu estou a dizer dá-se exactamente na zona do Terreiro do Paço em Lisboa quando se verifica uma possibilidade de confronto em que forças militares chefiadas ainda e afectas ao governo (eram forças do Regimento de Artilharia 7 que tinham auto-metralhadoras comandadas por oficiais afectos ao Estado Maior, ao governo, e as forças ??? do Movimento das Forças Armadas, sempre sob o comando do Movimento das Forças Armadas. Dá-se um confronto de palavras, quem comanda as forças militares que estão na rua é o 2º Comandante da Região Militar de Lisboa, Brigadeiro Junqueira, um Tenente do MFA que pertence aos carros de

combate -837- Salgueiro Maia vai ao encontro do Brigadeiro que está a comandar as forças da ordem, da ordem governamental no sentido de conferenciar, "—não vale a pena oporem-se às forças do Movimento porque nós somos mais fortes, não querem render-se?", ainda recebe uma estalada, o Brigadeiro ainda lhe dá uma estalada e quer obrigá-lo a render-se e de facto, o Tenente não responde, não riposta. Isso não vale a pena: são carros de combate contra as autometralhadoras e as forças militares governamentais acabam de facto, por se render, chegam à conclusão não só que nós temos mais força em termos militares, que poderemos estar dispostos a utilizá-la, se houver, de facto, uma oposição armada por parte das forças governamentais, mas ainda vem das forças governamentais (e isso depois é apanhado em transmissões via rádio do Brigadeiro Comandante das Forças governamentais, das forças militares governamentais afectas ao governo para os Estados Maiores) que o apoio popular às forças não governamentais, às forças do MFA é imenso e que toda a população que está na rua vitoriar as forças do MFA. Vêem que qualquer acção militar de confronto entre forças militares — umas afectas ao governo, outras ao Movimento das Forças Armadas — pode resultar num banho de sangue de inocentes que estão a vitoriar já o MFA e que nada têm a ver com aquilo. Portanto, esse confronto era uma guerra civil, entre carros de combate e auto-metralhadoras que estavam na rua dava um desastre. Por tudo isso, de facto, acaba por haver uma contenção muito grande por parte daqueles que comandam as forças anti-MFA, as forças afectas ao governo e da nossa parte já não havia essa intenção de entrar em combate a não ser que a isso fossemos obrigados. Eu dizia mesmo aos meus camaradas: "—Vamos intervir em operações, forças que vinham de Viseu, Figueira da Foz, Leiria, vocês vão pela estrada. Se vos aparecer uma secção da Guarda Nacional Republicana, são 8 elementos, mesmo que eles estejam armados, para evitar -882-, vocês param a coluna e dizem: '—Afastem-se que quem são vocês hoje armadas com uma espingarda contra 8 ou 10 ou 20 viaturas que aqui estão com 100 soldados, o que é que vocês querem. Portanto, afastem-se. Afastem-se e deixem-nos passar". A perspectiva era sempre esta, de diálogo, concertação para evitar o derramamento de sangue. E pronto, e assim as forças militares do MFA, aquelas que tinham que

o fazer, convergiram sobre Lisboa para tomada de objectivos à volta de Lisboa, sobretudo os órgãos de comunicação social; outras forças dirigiram-se para objectivos das suas zonas, caso da administração da Rádio no Algarve, o caso do forte de Peniche, que era uma divisão política, a administração do FOIA na Serra de Monchique no Algarve e outras dependências, aqui em Lisboa à Casa da Moeda, no Porto também outros objectivos que lá estavam, portanto nem todas as unidades marcharam sobre Lisboa, algumas unidades tiveram os seus objectivos nas suas próprias zonas e tomaram esses objectivos também sem qualquer resistência por parte de quem os ocupava.

— Vamos agora até ao 25 de Novembro porque já falámos sobre o 11 de Março. Depois do Verão quente, podemos dizer que existia quatro tendências políticas dentro do MFA: os gonçalvistas, o Grupo dos 9, os spinolistas e os otelistas. Gostaria que comentasse isso e também se Portugal ficou à beira da guerra civil e como é que evitou a guerra civil?

○ — Eu não diria que existiam nessa altura quatro tendências no seio do MFA. Existiam apenas três tendências porque os spinolistas, nessa altura, estavam perfeitamente desarticulados. Depois do 11 de Março um grande número de oficiais considerados afectos ao General Spínola, em consequência do 11 de Março, estavam detidos ainda no 25 de Novembro. Esses oficiais, se não todos pelo menos a maioria deles, tinha pertencido também, tinha estado e tinha feito parte do Movimento das Forças Armadas. Criou uma corrente própria, spinolista, embora a perspectiva deles fosse colocar o Movimento das Forças Armadas ao serviço das ambições spinolistas, isto é, fazer chegar Spínola à Presidência da República. Aproveitar o 25 de Abril para tornar o Spínola Presidente da República. Essa era a perspectiva. Os spinolistas eram uma corrente, como já lhe disse, de oficiais extremamente competentes do ponto de vista profissional, tinham feito parte do 'staff' do General Spínola na Guiné, eram de facto oficiais bons e considerados com prestígio, mas o 11 de Março tinha sido desastroso para muitos deles o que os levou à prisão. As consequências desastrosas para eles do 11 de Março. Em 25 de Novembro muitos deles estavam presos. Outros tinham sido seguido Spínola para o estrangeiro, estavam exilados, não estavam cá no país, portanto, digamos que o MFA nessa altura... essa corrente era nula no seio do

MFA. As três correntes que existiam de facto eram uma corrente de militares que se tinha ligado ideologicamente ao Partido Comunista, digamos que a figura de proa dessa corrente era o General Vasco Gonçalves; outra corrente, que era uma corrente não alinhada nas posições de direita, nas posições ocidentais e não queria nada, e combatia também fortemente todas as posições soviéticas ou ligadas ao soviétismo que eram representadas pelo PC e que era a corrente revolucionária em que eu apareci como figura de proa, perfeitamente independente, libertária; e finalmente a corrente moderada, corrente ocidental, perfeitamente ligada aos valores ocidentais, às alianças com os Estados Unidos, com os países europeus, procurando copiar os modelos europeus que, a nível político, era então representada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata (Mário Soares, Sá Carneiro) e que tinha nas forças armadas um apoio claramente maioritário. A nível do poder eram representados por aquilo que se chegou a chamar o Grupo dos 9, grupo de nove elementos do Conselho da Revolução que, nessa altura, fizeram toda essa aliança táctica, com os grandes partidos parlamentares — Partido Socialista, Social Democrata, Centro Democrático Social. Havia essas três correntes, de facto. No 25 de Novembro deu-se esse confronto e a sua segunda...

— Portugal chegou a estar à beira da guerra civil?

○ — Sim, julgo que sim.

— E como é que evitou?

○ — A minha opinião é que, de facto, estivemos à beira da guerra civil e de facto acabou por não eclodir porque o nosso povo é um povo de facto pacífico, que não gosta de facto de se meter em guerras e que tem mais -983- que outra coisa, não é um pouco violento, não tem tendência nenhuma para a violência, são raros os casos de violência que se verificam, mesmo a nível da massa. Muitas vezes é mais garganta do que efectivamente o uso da força. Nesse sentido, a própria massa popular não estaria disponível para entrar em guerra civil que é sempre um desastre muito grande para o país e foi exactamente a consciência do desastre, das consequências desastrosas do envolver numa guerra civil que a nível de nós, os responsáveis, também fizemos tudo para evitar que isso acontecesse. Podíamos ter, de facto, entrado na guerra civil. Foi necessário

conter, não em termos civil, mas que também havia, também havia fracções civis dispostas a isso, foi necessário contê-las, conter civis, conter militares para que a guerra civil não acontecesse. Eu continuo a ter sobre o 25 de Novembro uma perspectiva muito... hoje, na altura não, mas hoje tenho uma perspectiva muito clara sobre o 25 de Novembro e, embora eu reconheça que os meus companheiros que fizeram o 25 de Novembro, continuem a chamar-lhe o contra-golpe revolucionário por uma questão de defesa de eles próprios, defesa da sua própria imagem pública que foi feita pelo Grupo dos 9, é o chamado contra-golpe revolucionário de 25 de Novembro, como se eles tivessem abortar um golpe revolucionário. Eu continuo a considerar que é uma questão de auto-defesa: eles vão defender-se perante a opinião pública daquilo que de facto aconteceu. Eu sabia (foi-me dito pelo próprio Vasco Lourenço em finais de Agosto princípios de Setembro desse ano) eu sabia que eles tinham uma acção militar preparada para ser desencadeada, segundo me tinha dito o Vasco Lourenço, logo que houvesse o pretexto para desencadear essa acção militar. Havia um plano preparado e que o Tenente-Coronel Eanes ia ficar encarregado do comando dessas operações que contavam com os comandos como força essencial para a acção, mas que também já tinham outras unidades pelo seu lado. Toda a perspectiva que foi levada a efeito por eles foi de retirar do comando, porque o comando não oferecia confiança para a instauração do regime democrático parlamentarista -027- era necessário retirar do comando, não o podendo fazer publicamente, as forças militares que eu comandava do ponto de vista operacional. E então fizeram esse trabalho de aliciamento de forças de unidades militares para se subtraírem ao meu comando e passarem a ser comandadas clandestinamente pelo Grupo dos 9. Foi sendo feito esse trabalho de minagem, de facto, foi fácil porque a maioria dos oficiais que tinham abraçado efusivamente o 25 de Abril, que tinham participado no 25 de Abril, lá está, a defesa dos seus privilégios, tiveram medo -038-, "— isto vai caminhar para um sentido em que depois não há força possível nisto, o Partido Comunista acaba por tomar o poder e depois temos aqui uma guerra civil com a extrema-direita a querer rebentar com o Partido Comunista, depois vê-se o país numa guerra civil e estamos tramados porque nisto temos que tomar uma posição. O melhor é a

gente antecipar-se a que isso aconteça, (isto foi o argumento utilizado sempre) e tomamos nós o poder, antes que a extrema-direita ou o Partido Comunista tomem o poder, cada um deles. E se o fizermos teremos a possibilidade de regressar à pureza do 25 de Abril, (e esta perspectiva de regresso à pureza do 25 de Abril, à revolução burguesa do 25 de Abril era importante para os militares), portanto, tomamos o poder, regressamos à pureza do 25 de Abril, afastamos o Otelo, afastamos o PC e então temos aqui a garantia, temos o apoio do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social para regressarmos a essa pureza do 25 de Abril". Isto aliciou, de facto, quase a totalidade dos oficiais. No 25 de Novembro eu estava perfeitamente isolado. Tinha, em aliança táctica comigo, o partido que nunca me apoiou, a não ser em termos de aliança táctica, porque precisava de mim, era o Partido Comunista, mas era meu adversário ideológico. E, portanto, eu encontrava-me perfeitamente isolado. Podia ser apoiado por massas do PC, massas do Partido Comunista, mas a direcção do Partido Comunista era perfeitamente contra mim e isso veio a revelar-se durante todos estes anos. O Partido Comunista considerou-me sempre um adversário e a partir de determinada altura do processo histórico, passou a considerar-me como inimigo a abater a todo o custo, a abater em termos de figura política, destruir essa figura política. E isso aconteceu de facto. Dois, três meses antes do 25 de Novembro eu já tinha conhecimento, pelo Vasco Lourenço, de que o Grupo dos 9 tinha uma acção militar preparada para ser desencadeada logo que houvesse pretexto para isso. É evidente que os Estado Unidos, através dessa figura -069- que foi o Carlucci e todos os governos europeus estavam interessados em travar aqui o processo revolucionário português, em não permitir que aqui se criasse ou se instalasse um modelo novo de regime que fazia desaparecer os partidos. Isso era fundamental. E nesse sentido era preciso terminar com o Copcon que era pelo poder dos trabalhadores, das massas, terminar com isso tudo, apagar isso tudo rapidamente e abrir os mecanismos da democracia burguesa parlamentarista, isso era o fundamental e urgente e também, de caminho, destruir muito daquilo que era a influência do Partido Comunista. O Partido Comunista, possuidor de um aparelho extremamente eficaz, sólido tinha já nessa altura conseguido agarrar autarquias, órgãos do aparelho de

Estado, muitas autarquias e órgãos de informação que tinha na sua mão e que eram essenciais para a propaganda do PC, da ideologia do PC, etc. E, portanto, havia que destruir essa influência do Partido Comunista, retirar-lhes essas autarquias, retirar-lhe os órgãos de informação para abrir caminhos a que os partidos democráticos — socialista, social-democrata, CDS — pudessem substituir o PC nisso tudo: nas autarquias, órgãos de informação e retirar essa influência toda ao Partido Comunista. Esta foi a perspectiva. Era necessário retirar-me a mim, retirar o Partido Comunista para abrir caminho e instalar os partidos ditos democráticos, representativos, de facto, dos interesses da classe dominante. E pronto, e então com tudo preparado ficaram à espera do pretexto. Nessa altura, portanto Outubro e Novembro, está em aberto um confronto muito grande dos paraquedistas que era um corpo militar extremamente bem estruturado, bem organizado e com grande capacidade operacional. Verifica-se um confronto entre os paraquedistas -100- sargentos e oficiais, mas sobretudo sargentos, com o Chefe do Estado Maior da Força Aérea que era um general graduado, era major, mas depois general por exercício de Chefe de Estado Maior da Força Aérea que era o Morais da Silva, um rapaz maio novo do que eu, dois anos mais novo do que eu, que nesse confronto chegou até ao limite, já em Novembro, de por despacho seu extinguir o corpo de paraquedistas. Isso fazia com que o corpo de paraquedistas desaparecia e cada um daqueles militares, profissionais, regressava às suas -109- de origem: uns iam para o Exército, outros iam para a Força Aérea, outros iam para a Marinha. Isso provocou um enorme descontentamento no corpo de paraquedistas. -111- o meu apoio para evitar a extinção do corpo de paraquedistas, embora esse despacho tivesse assinado pelo General, isso levou também a um confronto entre mim e o General no seio do próprio Conselho da Revolução a que ambos pertencíamos, eu como comandante do Copcon afirmei que não aceitava de forma alguma a extinção de um corpo militar que era extremamente bem estruturado, organizado e operacionalmente muito bom e que não aceitava aquilo e pus o Conselho da Revolução em confronto com a situação. O Conselho da Revolução acabou por não tomar nenhuma posição em relação a isto mas permitiu, considerou que isso era uma decisão do Chefe do Estado Maior da Força Aérea e eu não ganhei essa -119-. O

confronto acendeu-se, portanto, entre mim, comandante do Copcon, e o General Morais da Silva. Eu a apoiar os paraquedistas e eles a apoiarem-me a mim e o General Morais da Silva apoiado pelo Conselho da Revolução e com a Força Aérea por trás dele. Em consequência da não desocupação, do não cumprimento do despacho do General Morais da Silva, os paraquedistas, os sargentos sobretudo, ocuparam o terreno, ocuparam as instalações dos paraquedistas, ficaram lá e a Base Aérea dos Paraquedistas em Tancos começou a ser sobrevoada e picada por aviões da Força Aérea, alguns deles armados e os paraquedistas então vieram-me pedir apoio para que eu lhes concedesse do depósito geral de material de guerra do exército, para que eu lhes concedesse material anti-aéreo. E eu concedi, requesitei ao Estado Maior do Exército material anti-aéreo, metralhadoras anti-aéreas, e entreguei aos paraquedistas para defesa das instalações dos paraquedistas. Os aviões deixaram de sobrevoar, deixaram de picar sobre o terreno, sobre os paraquedistas, mas a verdade é que o confronto, a situação -134-. Cronologicamente as coisas são assim: em 21 de Novembro, numa reunião que se faz em S. Julião da Barra, o Conselho da Revolução retira-me o comando da Região Militar de Lisboa, que eu -140- com o Comando Operacional do Continente, para me substituir pelo Vasco Lourenço -141- é brigadeiro e passar o Vasco Lourenço a comandar a Região Militar de Lisboa, ficando eu apenas com o comando operacional do Continente. Tomei logo conta desta decisão no dia 21 a que eu acabo por ceder porque era todo o Conselho da Revolução contra mim e eu acabo por ceder mas garantindo em contrapartida que um documento da aliança Povo/MFA ia ser regulamentado para ser posto em execução, era mais uma utopia minha, mas eu quis forçar essa posição. Foi decidido que ia ser regulamentado, mas nunca foi, é evidente. Eu chego ao Copcon, no dia 21 e disse a todos os oficiais que lá estavam do Copcon à espera para saber o que é que tida havida no Conselho e eu disse que me tinha sido retirado o Comando da Região Militar de Lisboa e que o Vasco Lourenço iria para lá. Devido ao confronto entre correntes do MFA, os oficiais progressistas revolucionários na área da Região Militar de Lisboa não aceitaram essa decisão do Conselho e pediram imediatamente a convocação de um Conselho da Revolução para a 2ª feira seguinte, que era o dia 24 de Novembro. Eu entrei em

contacto com o General Costa Gomes, lá lhe pedi a reunião do Conselho para retomarmos a discussão e expliquei-lhe porquê: porque há aqui dezenas de oficiais da Região Militar de Lisboa que não aceitam a minha saída do Comando da Região Militar de Lisboa. Iniciámos, portanto, no dia 24, 2ª feira, da parte da tarde, outra reunião do Conselho da Revolução com o mesmo assunto — o comando da Região Militar de Lisboa, o Otelo sai, mantém-se, vai o Vasco Lourenço, não vai o Vasco Lourenço, essa opinião mantém-se até às 6 da manhã do dia seguinte, dia 25, talvez não tanto, não foi até às 6 da manhã, foi mais cedo, 4 da manhã, e para eu confirmar o Vasco Lourenço como Comandante da Região Militar de Lisboa. Eu saí dessa reunião, vou para o Copcon, estava tudo em alvoroço, uma excitação muito grande, eu disse: "agora -169- o Vasco Lourenço vai ser o Comandante da Região Militar de Lisboa e eu saio. Nessa altura eu pude constatar que a ocupação das bases aéreas, que veio a verificar-se uma hora depois, ou duas horas depois, já era um plano preparado do antecedente pelos paraquedistas no sentido de, saía eu, eles perdiam ali um ponto de apoio importante para mim, mas eu continuava a ser Comandante do Copcon, portanto isso eu podia continuar a apoiá-los enquanto comandante do Copcon, mas eles é que queriam demonstrar de facto a sua capacidade operacional, e que poderiam fazer, demonstrando que ocupando seis bases aéreas num tempo record, em três quartos de hora, em todo o país, mais o comando da região aérea, mais o Estado da Força Aérea, tinham, de facto, toda a capacidade para se continuar a manter como um corpo estruturado e organizado militar. E, portanto, qual era o objectivo? Era com isso levar à demissão do General Morais da Silva do Conselho da Revolução. Nessa acção toda, a minha perspectiva continua a ser cada vez mais reforçada, de que, tal como tinha sucedido uns meses antes em relação a uma acção que pretendia levar à destituição do Coronel Jaime Neves do comando dos -186-, eles terão pedido, os paraquedistas terão pedido, que também estavam muito na esfera, os sargentos, na esfera do Partido Comunista, terão pedido apoio ao Partido Comunista, com as massas e tal "vocês vão apoiar os paraquedistas" e que o Partido Comunista terá concedido isso, tal como tinha em Agosto acontecido com a acção dos comandos. E pronto. Eles lançam-se nessa, poderemos considerar aventura, daquilo que eu tinha tido conhecimento, até ao

momento... porque há alguém que diz: "então os paraquedistas vão ocupar as bases aéreas". Eu ouço isto e pergunto: "— Mas o que é isso da ocupação das bases aéreas? O que é que isso tem a ver com o facto de eu sair do comando da Região Militar de Lisboa". "— É que há uma coisa dos paraquedistas com o Chefe do Estado Maior". Perguntei depois a dois oficiais da Força Aérea que estavam comigo: "— O que é isto", "— São coisas que eles têm, isto não é nada conosco, isto é com a Força Aérea". Pedi omissão, o meu dever talvez devesse ter sido, nessa altura, denunciar ao General Costa Gomes o que é que poderia estar a preparar-se: "— Atenção, os paraquedistas vão ocupar bases aéreas". Não o fiz, deliberadamente não fiz, deixei -202- da Força Aérea e foi um erro não ter feito porque, se eu o tivesse feito, aquela acção ficava abortada e virava contra mim os paraquedistas, os paraquedistas tinham-se virado contra mim, tinha perdido esse apoio e talvez tenha sido no sentido de não perder o apoio dos paraquedistas que eu tenha omitido essa informação, daquilo que eu me apercebi. Não disse nada ao General Costa Gomes, fui para casa, deitei-me e deixei que as coisas acontecessem. E as coisas aconteceram, de facto. Passa-se a manhã, não tomo conhecimento de nada, ao meio-dia sou alertado por um telefonema praticado pelo meu Chefe do Estado Maior do Copcon que me comunica que há uma situação extremamente grave — os paraquedistas ocuparam seis bases aéreas, ocuparam o Estado Maior da Força Aérea, o comando da Região Aérea e propõem a demissão do Chefe de Estado Maior da Força Aérea e que pedem-me a presença no Copcon rapidamente para se tomarem resoluções porque entretanto o Palácio de Belém, o Presidente da República está a chamar de quarto em quarto de hora. Eu almoço em casa, vou par o copcon, inteiro-me da situação e às duas, duas e meia vou para Belém e depois aí fico praticamente no cativo, fico no cativo ali do Grupo dos 9 e do General Costa Gomes até à desocupação das bases aéreas por parte dos paraquedistas. De facto o Partido Comunista tinha enviado logo massas, trabalhadores e tal para as bases aéreas para vitoriar os paraquedistas, mas depois são absorvidas por outras massas que vêm dinamizadas pelo Partido Socialista, Partido Social Democrata. Os outros exigem a retirada das bases aéreas, há aqui a tal aliança - PS, PS_, CDS com o Grupo dos 9 — e do outro lado PC com os paraquedistas. Eu aí estou, de facto,

perfeitamente isolado. É uma guerra que não me diz respeito. Agora em que medida é que a guerra civil é evitada? É que nessa altura bastava eu não ter ido para Belém, bastava eu ter aproveitado a ocasião para assumir o comando real dos paraquedistas, ter dado uma palavra de ordem aos fuzileiros navais e ter ainda agarrado nas unidades que me obedeciam na área da Região Militar de Lisboa, (podiam ser duas ou três, mas eram unidades com poder, com força), e eu podia ter desencadeado uma acção de contenção com os comandos, de guerra com os comandos, podia -231- os comandos, por exemplo, -232- mandava os paraquedistas desocuparem imediatamente as bases aéreas e cercarem os comandos e desatarem -233- os comandos, podia ter feito uma série de coisas dessas, mas fazer uma coisa dessas, responsabilidade histórica -234- civis. Esta batalha está perdida, não fiz -235- consequências apesar disto e não tomei decisão nenhuma no sentido de pôr forças militares em confronto. Portanto fui-me apresentar a Belém, já sabia que ia ficar cativo e fui ali maniatado sem possibilidade de fazer qualquer contacto com qualquer unidade e eu sabia que ia ser assim.

— Para evitar a guerra civil, consciente?

○ — Eu estava no Copcon e podia ter dito: "— Não senhor, eu não me apresento a Belém e a partir de agora estou eu a comandar as forças militares -241-. Paraquedistas, ocupem as bases, vamos ocupar outras unidades militares, as unidades nossas amigas são tal, tal, tal, tal. -243- Para mim era igual, uma guerra que nunca mais acabava e decidi, de facto, recuar, fui-me apresentar a Belém e hoje há muita gente, sobretudo ligados ao Partido Comunista, que me acusa de naquele momento, de facto, ter fraquejado, porque era preferível ter entrado na guerra civil, do que ter permitido aquilo que se verificou ser o regresso ao regime da democracia parlamentarista que existe hoje. Mas eu não estou arrependido, não estou arrependido porque acho que a guerra civil era muito mau para o país. O Grupo dos 9 aproveitou o pretexto que lhes foi dado pela ocupação das bases aéreas para a partir daí considerar que estava em jogo a defesa da democracia para substituição do totalitarismo soviético, como dizia frequentemente e continua a dizer o General Eanes, e desencadeou-se o plano operacional que não teve resistência. O Almirante Rosa Coutinho consegue sair de Belém e vai aos

fuzileiros para dizer para não saírem: "— Não saem daqui", porque eles queriam sair, contra os comandos, os fuzileiros, e era uma unidade muito forte. "Não saem daqui". O Rosa Coutinho também teve o seu papel importante para conter os fuzileiros -258- e o Rosa Coutinho foi lá acalmá-los. O General Costa Gomes chamou o Álvaro Cunhal a Belém para lhe dizer, isto cerca do meio-dia, meio-dia/uma hora do dia 25, para dizer para ele retirar a frente dos Comandos, o apoio aos paraquedistas, todos os operários das empresas que eram do PC e o Álvaro Cunhal mandou retirar essa gente toda. Agora, a nível da acção militar, os factos não tiveram oposição de ninguém, ninguém lhes fez frente. Portanto, dizer-se hoje que os Comandos fizeram uma acção espectacular, de grande operacionalidade, é mentira. É mentira porque, de facto, não tiveram oposição de ninguém, ninguém fez frente aos Comandos. -268- a troca de tiros que houve nesse dia foram de perfeita iniciativa individual: houve um aspirante da polícia militar -271- para ir assaltar a polícia militar e um aspirante da polícia militar resolveu mandar uns tiros, matou dois comandos e depois foi morto. Mas foi perfeita iniciativa individual, ninguém lhe deu essa missão, foi ele que numa janela decidiu atirar sobre os Comandos e acabou por morrer, por ser morto. Foi morto e matou dois comandos, dois soldados. Foi a única acção chata que se verificou naquilo tudo. Os Comandos não tiveram mérito nenhum, mas claro como é preciso haver heróis sempre nestas coisas o General Eanes..., a direita insurge o Ramalho Eanes como um herói bestial, o Grupo dos 9 permitiu o regresso à pureza do 25 de Abril e à democracia (isto era naquela altura, eu já digo porquê) e o Coronel Jaime Neves foi também incensado pela direita e pela extrema-direita e queriam agora, recentemente, queriam até condecorá-lo com mais alguma condecoração portuguesa por causa do 25 de Novembro, em que o Jaime Neves que é um tipo sem qualidade nenhuma, sem qualidade de qualquer espécie se vê de repente transformado num herói bestial por uma coisa que não houve. A minha opinião é que não houve contra-golpe revolucionário, o que houve foi um golpe que, conforme dizia o General Charais, tempos depois, a explicar porque é que tinham feito aquilo, era no sentido de travar, aconchegar, como ele dizia, aconchegar o travão do carro revolucionário que ia com demasiada velocidade, é necessário travar. Pronto, foi isto que aconteceu. O pretexto existiu, foi-lhes dado

o pretexto, desenvolveram o golpe sem que houvesse qualquer acção militar que contrariasse esse golpe. Não houve mérito nenhum por parte dos Comandos. Os meus companheiros — o Vasco Lourenço e o Grupo dos 9 — continuam hoje a recusar e admitir que não foram mais do que meros agentes de interesses, -293- capitalista, ocidental naquela acção do 25 de Novembro. Eles actuaram de modo próprio, como iniciativa própria, mas estavam perfeitamente articulados sobretudo pelo Partido Socialista. Pelo Partido Socialista e pelo Carlucci também. Nessa articulação com o Partido Socialista e com o Carlucci porque aceitaram também que tinha que ser assim, queriam, de facto, terminar com o processo revolucionário que os assustava, assustava o Grupo dos 9. Estavam assustados com a possibilidade de perda de privilégios da sua parte. Eles queriam era uma democracia parlamentarista que lhes assegurava a manutenção dos seus privilégios de classe, isto para eles era importante. Não quiseram arriscar minimamente e, sabendo o apoio que tinham, lançaram-se na acção. Logo que concluída esta acção e quando já não serviam os interesses de quem os tinha manipulado e instrumentalizado, foram postos fora e depois ficaram muito admirados: "— Então nós, até fizemos o 25 de Novembro e tal..". "— Está bem, mas agora já não servem, vão-se embora". Caixote de lixo.

— Uma coisa que quiseram fazer o Grupo dos 9 que existia um espírito do 25 de Abril que ajudou a -313- o 25 de Abril que vocês, amigos desde há muito tempo, -314-

○ — Isso era evidente, não é? Uma vez jantei em casa do Vitor Alves, eu e a minha mulher e no fim do jantar, já estávamos a tomar o café, o Vitor Alves dizia muito a sério: "— Pois é, tu com as tuas ideias, aquilo que deverias ter feito durante o processo revolucionário, é que fossem tomadas disposições contrárias àquilo que tu querias fazer, era teres-me prendido a mim, o Vasco Lourenço, o Melo Antunes e todos os outros, encostavas à parede e fuzilavas a malta e fuzilávamos a todos e então ficavas com o campo aberto para..., assustavas toda a gente, tinhas fuzilado os teus próprios camaradas, assustavas toda a gente e então agarravas o poder e fazias a criação desse novo modelo de regime de sociedade que era a tua ideia. Não o fizeste, pronto. Tiveste que recuar". E a mulher do Vitor Alves ficou extremamente impressionada com isto: "— Tu estás

doido? Tu achas que o Otelo tinha coragem de te encostar à parede e fuzilar-te a ti, ao Vasco Lourenço e aos outros?" e é evidente que não tinha. Isso foi de uma importância muito grande porque há aqui contradições enormes, é que, sendo a minha perspectiva ideológica extremamente avançada em termos de construção da sociedade, de facto, opõe-se-me, em termos de consciência, opunha-se a maioria dos meus camaradas que tinham feito comigo o 25 de Abril. Eu preferia perder (em termos revolucionários eu não devia dizer isso porque os revolucionários tem objectivos que estão acima das amizades porque lutam pelo que consideram ser o bem-estar e a felicidade do povo). Mas havia o problema da camaradagem militar e é evidente que nunca me passaria pela cabeça encostar um pelotão de fuzilamento a camaradas e amigos meus porque a dúvida existe sempre na mentalidade de um homem e por mais que eu considerasse que tinha razão, e continuo a considerar que tinha, eu nunca me deixaria dominar de tal forma por esse convencimento da minha própria razão, eliminando friamente companheiros meus e amigos que prezo demasiadamente também mais do que a minha própria razão, porque da minha própria razão tenho dúvidas, nunca sei se estarei rigorosamente certo daquilo que penso, e não me deixei dominar por essa certeza da minha razão porque eu não tenho a certeza absoluta, tenho dúvidas, como disse, face aos valores fundamentais que eu sempre defendi e continuo a defender da camaradagem, da lealdade e da amizade e, portanto, preferi perder a batalha francamente.

— Que conselhos daria a outros países em luta para o estabelecimento da democracia?

○ — Eu julgo que no fundamental, aliás a Perestroika, sei este nome que eu não conhecia e que ficou extremamente vulgarizada, a Perestroika e a política de transferências da Glasnost foram termos que entraram agora para o vocabulário político recentemente desde 85, praticamente, mas muito antes de 85 eu tinha sempre imaginado como possível aquilo que se verificou na União Soviética e nos países satélites, isto é, a transformação, a necessidade, transformação de regimes tal como considero que os regimes da Europa Ocidental, da democracia burguesa parlamentarista, irão um dia terminar porque os homens, os seres humanos procuram sempre, e têm vindo a procurar ao longo de toda a história,

têm vindo a procurar sempre alcançar coisas melhores para si. Não só do ponto de vista da vivência, da vida quotidiana mas também a nível político e ideológico e, se há regimes que persistem durante séculos, é o caso das monarquias absolutas que existiram durante séculos, até que no século XVIII a Revolução Francesa rebenta com a monarquia absoluta e abre caminho para a república, com outro tipo de ideais, já não é o poder divino que tem sobre os reis e que lhes dá o poder total e absoluto sobre os seus súbditos. Nos países em que não se abre a perspectiva da república as monarquias transformam-se em monarquias constitucionais, em que o poder do rei passa a ser extremamente diminuído, o rei tem a -370- de chefe do Estado mas passa a haver uma Constituição, passa a haver um parlamento que já toma nas suas mãos o poder legislativo, o rei fica condicionado, promulgando as leis. Podem durar centenas de anos, podem durar séculos, portanto, esse tipo de regimes, mas hão-de acabar por se transformarem em outras coisas, em outro tipo de regimes. Não contando com a República de Platão dos tempos da Grécia e com a democracia grega -376- foi uma democracia directa, lá está, em que só os escravos não tinham acesso. Não contando com esses tempos antigos, a república, nas instituições modernas, abre-se desde há muitos anos para cá, a partir de 1789, com a Revolução Francesa. Portanto, é uma coisa ainda muito jovem e este tipo de democracia pluri-partidária é um tipo de regime extremamente jovem e que vai durar ainda muitos e muitos anos, séculos talvez, mas que virá o dia em que terá que haver uma transformação deste tipo de regime e quem sabe se essa transformação não será a tal democracia directa, aquela que eu hoje proponho. Neste sentido, considero que desde sempre, e a Perestroika demonstra-nos isso, a queda sucessiva dos regimes de Leste por fundamental e aquilo que eu sempre tenho dito a companheiros da Roménia, da Alemanha do Leste com quem tenho contactado agora é que o fundamental, de facto, em qualquer regime que se estabeleça é a questão da liberdade do Homem, a liberdade é um bem inalienável do ser humano e qualquer regime que se sair quatro liberdades — a liberdade individual, a liberdade de pensamento, a liberdade de expressão e a liberdade de as pessoas se movimentarem no seu próprio país e de poderem circular para outros países — tudo o que seja limitar as liberdades humanas é extremamente negativo e vai

levar fatalmente à queda do regime que impunha esse corte de liberdades. A procura da igualdade entre os homens... Sabe-se que é utópico, os homens são diferentes uns dos outros, têm qualidades diferentes, têm defeitos diferentes, têm diferentes formas de discernimento e de percurso social, mas a procura da igualdade, apesar de ser uma utopia, deve ser sempre uma perspectiva a seguir e a procura de tudo aquilo que possa conduzir à fraternidade entre os seres humanos. Portanto, os grandes valores, aquilo que nós chamamos a 'esquerda' de uma forma geral que nos vêm da Revolução Francesa — a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade social, a generosidade para com os outros — são valores fundamentais a defender em qualquer regime político que se estabeleça. Tem repercussões muito grandes com a justiça social, sobretudo, porque os homens têm aspirações de progredir, melhorar, de subir, o seu bem-estar, a sua felicidade e deve existir sempre a preocupação não de cortar essas possibilidades (por exemplo, o liberalismo procura manter salários sempre baixos para que as pessoas aspirem a ganhar mais, procurem outros empregos e possam assim aumentar a produtividade, ou trabalhar mais para ganhar mais, etc.) não dessa forma, mas criar condições para que os homens se sintam bem em cidadãos de parte inteira e para mim os homens só se sentirão bem, como cidadãos de parte inteira do país a que pertencem, quando, para lá dessas condições de melhoria e de justiça social, condições sociais e económicas que lhe forem concedidas pelo poder, tenham a possibilidade de participar no próprio poder, não através de organizações que dizem representá-los e que só existem e se formam para alcançar o poder e para exercer esse poder sobre os cidadãos, mas através de pessoas em quem possam votar directamente e que possam melhor representá-los e serem afastados a todo o momento quando deixem de representar os interesses dos cidadãos. Mas, acima de tudo, o valor fundamental da liberdade ou das liberdades, das liberdades, isso é essencial e, afinal, foi isso exactamente que levou à queda das ditaduras, que levou à queda agora das ditaduras de leste, aos regimes de leste — a ausência de liberdades e a criação de Estados -419-. Quando um regime se vê obrigado a criar uma polícia política, isso é mau sinal, isso significa que não acredita nos seus próprios cidadãos, não acredita na capacidade de ligação do próprio regime com os cidadãos e, portanto,

tem que os vigiar para os obrigar a seguir os seus próprios ditâmes e isso é o primeiro passo que conduz à queda desse mesmo regime. Eu julgo que isso é o fundamental.

— Como deve ser recordado o 25 de Abril, isto é, -425- tradição para a democracia em Portugal?

○ — O 25 de Abril representa essa viragem histórica no nosso país. Portugal tinha como regime a ditadura mais antiga da Europa — 48 anos — tinha um regime fascista montado a partir de 1926, da Revolução de 28 de Maio de 1926, e o 25 de Abril, a que eu dei o nome de 'Operação Viragem Histórica' exactamente foi isso, foi isso que nos pretendíamos: uma viragem histórica que derrubasse esta ditadura extremamente antiga de dezenas de anos e permitisse a instalação de um regime democrático. A finalidade fundamental foi essa: foi terminar com a guerra colonial e já estava a durar treze anos e os militares consideravam (os militares que fizeram a guerra colonial, que estiveram lá várias vezes e que combateram sem virar a carar àquilo que era considerado o inimigo, portanto, os movimentos de libertação) consideraram que treze anos já era tempo suficiente para que o poder político encontrasse uma solução que era fácil, extremamente fácil. Faltou sempre coragem aos governantes de enverdar pela solução política que era a mais correcta e a única que se vislumbrava no horizonte, que era, de facto, fazer sentar à mesma mesa os representantes, os dirigentes de cada um dos movimentos de libertação e com eles conciliar, por exemplo, a criação de um amplo espaço de língua portuguesa, ou que se façam independentes, mas que ficassem vinculados em harmonia com Lisboa, com o Estado português. Isso não foi feito, não houve coragem nunca para nenhum dos governantes — Salazar, Marcelo Caetano — para o fazer e daí que se tenha chegado ao 25 de Abril. Digamos que a guerra colonial, ou a continuidade da guerra colonial, que ao fim ao cabo nem muitos desastres deu em termos de morte, feridos (há guerras que duram um ano e que têm logo... o que está a verificar-se em Salvador. Salvador que é um país muito mais pequeno que Portugal, é do tamanho do Alentejo, nesta altura já houve 90.000 mortos). Houve aqui em Portugal durante 13 anos de guerra colonial 8.000 mortos e trinta e tal mil feridos, uma coisa ridícula quase comparada com outros povos. O caso da guerra Irão/Iraque: um milhão de mortos

em 8 anos de guerra. De facto, a nossa guerra não foi uma guerra muito exagerada em vidas que se ceifaram, mas de qualquer forma foi uma guerra que se prolongou muito, foi um desgaste económico muito grande com ruínas grandes do ponto de vista material e do ponto de vista pessoal. E os militares consideram que esses 13 anos de guerra colonial já eram suficientes para se encontrar uma solução política para o país. A guerra foi quase um factor determinante quase na formação, na constituição do movimento dos capitães, para lá de outros factores mais próximos, mais objectivos, de lutas de carreira de carácter corporativo, etc. Isso foi de facto importante.

Julgo que já tem aí matéria suficiente.

CD25A